



MENSAGEM DE ENCAMINHAMENTO Nº 025/2023

Senhor Presidente, e Senhores Vereadores,

Cumprimentando-os cordialmente, encaminho a essa egrégia câmara de vereadores o "Projeto de Lei Dispõe sobre a Política Municipal de Fomento a Práticas Sustentáveis para o setor produtivo instalado no Município de Ibitirama/ES; a Certificação Ambiental Municipal, e dá outras providências".

Aguardando apreciação e votação positiva, peço <u>regime de urgência, inclusive</u> com a convocação de reunião extraordinária se necessário.

Ibitirama/Espírito Santo, 09 de outubro de 2023.

AILTON DA COSTA SILVA Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Ibitirama - ES

PROTOCOLO GERAL 298/2023 Data: 11/10/2023 - Horário: 13:13 Legislativo





PROJETO DE LEI ORDINÁRIA DE N.º /2023

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE FOMENTO A PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS PARA O SETOR PRODUTIVO INSTALADO NO MUNICÍPIO DE IBITIRAMA/ES; A CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Ibitirama, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVA E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO, DOS OBJETIVOS E DAS ESTRATÉGIAS

- Art. 1°. Fica instituída, nos termos desta Lei, a Política Municipal de Fomento a Práticas Sustentáveis para o setor produtivo instalado no território do Município de Ibitirama/ES.
- Art. 2°. A Política Municipal de Fomento a Práticas Sustentáveis para o setor produtivo objetiva, especialmente:
- I Incentivar mudanças de atitudes dos consumidores na escolha de produtos que sejam produzidos com base em processos ecologicamente sustentáveis;
- II Estimular a redução do consumo de água, energia e de outros recursos naturais, renováveis ou não renováveis, nas atividades de produção, de comércio e de serviços;
- II Promover a redução do acúmulo de resíduos sólidos, pelo retorno pós-consumo de embalagens, pilhas, baterias, pneus, lâmpadas e outros produtos considerados perigosos ou de difícil decomposição;
- IV Estimular a reutilização e a reciclagem dos produtos e embalagens;
- V Estimular as empresas a incorporarem as dimensões social, cultural e ambiental no processo de produção e gestão;





- VI Promover ampla divulgação do ciclo de vida dos produtos, de técnicas adequadas de manejo dos recursos naturais e de produção e gestão empresarial;
- VII Fomentar o uso de recursos naturais com base em técnicas e formas de manejo ecologicamente sustentáveis;
- VIII Zelar pelo direito à informação e pelo fomento à rotulagem ambiental e;
- IX Incentivar e promover a certificação ambiental.
- Art. 3º. São estratégias do setor privado em busca da responsabilidade socioambiental e de mitigação da emissão de gases de efeito estufa:
- I Desenvolver processos que reduzam o uso de combustíveis fósseis como medida de conservação dos recursos naturais e fomento da eficiência energética;
- II Apoiar e facilitar ações e projetos para a promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento humano;
- III Promover o desenvolvimento integral das comunidades do entorno onde o setor privado atua e contribuir com o desenvolvimento sustentável do município;
- IV Atuar no mercado aplicando as melhores práticas de conservação ambiental, minimizando e compensando os impactos ocorridos pelas atividades operacionais;
- V Promover programas de sensibilização e capacitação, buscando conscientizar os atores do setor privado, como agentes ativos na construção de uma cultura coorporativa comprometida com a sustentabilidade;
- VI Estabelecer um conjunto de princípios e normas que orientem a atuação da empresa para uma gestão responsável com seus empregados, clientes, consumidores, provedores, comunidade, sociedade em geral e meio ambiente;
- VII Estabelecer bases orientadas no modelo ecológico por diferentes princípios na busca da sustentabilidade como: Política dos 5 R's, inclusão social, responsabilidade socioambiental das empresas, sistemas e certificação ambiental através da promoção e estímulo de novos mercados competitivos focados na economia verde e na ecologia industrial.





Art. 4º. Caberá, ao Poder Público Municipal, a elaboração de projetos de incentivo aos empreendedores urbanos e rurais, com ênfase na promoção e no incentivo a práticas ambientalmente mais sustentáveis.

Parágrafo Único. Caberá, também ao Poder Público Municipal, a promoção de incentivos às pessoas físicas residentes no Município de Ibitirama, mediante criação de Leis e/ou Decretos Municipais, com ênfase na promoção e no incentivo a práticas ambientalmente mais sustentáveis.

Art. 5º. Haverá possibilidade de as pessoas físicas e jurídicas que implantarem nos seus imóveis o sistema de captação, armazenamento e aproveitamento de águas pluviais terem descontos no Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

CAPÍTULO II

DOS INCENTIVOS AS PESSOAS JURÍDICAS

- **Art.** 6°. Haverá possibilidade de a pessoa jurídica obter, junto às instituições oficiais de créditos municipais e a seus agentes financeiros, empréstimos e/ou financiamentos, para fins exclusivos de instalação de sistema de captação, armazenamento e aproveitamento de águas pluviais em seus estabelecimentos comerciais.
- **Art.** 7°. Haverá possibilidade da pessoa jurídica que utilizar o sistema de captação, armazenamento e aproveitamento de águas pluviais em estabelecimentos comerciais ter descontos no Imposto Sobre Serviços (ISS), nos termos expedidos pelo Prefeito do Município de Ibitirama.

CAPÍTULO III

DA CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL

- **Art. 8°.** Fica criada a Certificação Ambiental Municipal "Selo Verde Empresa Sustentável", com a finalidade de identificar, reconhecer e certificar empresas que adotem práticas sustentáveis no Município de Ibitirama.
- **Art. 9º**. A certificação ambiental municipal "Selo Verde Empresa Sustentável" possui como objetivos:
- I Auxiliar na identificação e valorização pelo Poder Público Municipal das empresas que desenvolvem práticas sustentáveis;

Endereço: Avenida Anízio Ferreira da Silva 54, Centro, Ibitirama-ES CEP: 29.540-000
E-mail: gabinete@ibitirama.es.gov.br





- II Incentivar a adoção de práticas sustentáveis pelas empresas no município de Ibitirama,
 promovendo a responsabilidade socioambiental;
- III Incentivar a população a utilizar a responsabilidade socioambiental como critério no consumo de bens e serviços das empresas instaladas no município de Ibitirama;
- IV Aproximar o Poder Público Municipal e a iniciativa privada na criação de ações de promoção da sustentabilidade e da defesa do meio ambiente.
- **Art. 10.** Para obtenção da certificação ambiental municipal "Selo Verde Empresa Sustentável", a empresa deverá comprovar a adoção de, pelo menos, 3 (três) das seguintes práticas sustentáveis:
- I Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em conformidade com a Lei Federal nº 12.305/2010;
- II Realizar tratamento e/ou separação de seus resíduos, com a devida destinação para a coleta seletiva, preferencialmente através de doação;
- III Utilizar materiais reciclados no estabelecimento e/ou em grande parte das atividades da empresa;
- Apoiar entidades que atuam no município no âmbito ambiental, com incentivo financeiro ou parcerias que apoiem o trabalho da referida entidade;
- V Apoiar ações do Poder Público Municipal, com incentivo financeiro ou parcerias que apoiem projetos na área ambiental;
- VI Realizar, por iniciativa própria, projetos contínuos de educação ambiental com clientes, funcionários ou população em geral;
- VII Realizar, por iniciativa própria, projetos contínuos de promoção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável no município de Ibitirama;
- VIII Possuir Estação de Tratamento de Efluentes e/ou caixa separadora de óleo em funcionamento;
- IX Utilizar o reaproveitamento e/ou reuso de água em seus processos produtivos;





- X Utilizar recursos alternativos e mais sustentáveis de produção de energia;
- XI Possuir equipamentos e políticas de baixo consumo de água e energia;
- XII Possuir equipamentos e políticas de baixa emissão e contenção de poluentes;
- XIII Apresentar Política de compensação do impacto ambiental gerado pelas atividades da própria empresa.
- § 1º. O Poder Executivo Municipal deve, na regulamentação desta lei, definir objetivamente as formas de comprovação do cumprimento de cada uma das mencionadas práticas sustentáveis.
- § 2º. Fica facultado, ao Poder Executivo Municipal, criar diferentes níveis de certificação de acordo com a quantidade e qualidade das práticas sustentáveis adotadas pelas empresas.
- § 3°. Independentemente do cumprimento das referidas práticas, não serão certificadas as empresas que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenham sofrido qualquer condenação administrativa, civil ou penal por cometer infrações penais.
- § 4°. A proibição mencionada no parágrafo anterior pode ter o seu prazo estendido de maneira indefinida em casos de infrações graves e de grande impacto ambiental, mediante expressa justificativa pela administração pública municipal.
- **Art. 11.** Para obtenção da certificação, a empresa deverá realizar o requerimento para a Prefeitura Municipal de Ibitirama apresentando os seguintes documentos:
- I Cópia do Contrato Social da empresa;
- II Cartão do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ;
- III Licença de Operação, Licença Simplificada ou Licença de Regularização válida e/ou protocolo de renovação no órgão ambiental competente;
- IV Documentos comprobatórios da adoção de práticas sustentáveis, descrevendo-se as respectivas práticas atendidas.





- **Art. 12.** A certificação terá a validade de 2 (dois) anos, podendo ser renovada através de solicitação, com o novo envio dos documentos exigidos nesta lei.
- § 1º. A empresa certificada deverá elaborar relatório semestral, a ser remetido para a Prefeitura Municipal de Ibitirama, atestando a manutenção dos requisitos legais que concederam o certificado.
- § 2º. A empresa certificada que sofrer qualquer tipo de sanção administrativa, civil ou penal perderá, imediatamente, o seu certificado ambiental.
- Art. 13. Caberá, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA), a emissão do certificado "Selo Verde Empresa Sustentável", bem como a análise da documentação comprobatória submetida e a realização de vistorias na empresa para a concessão da certificação.
- Art. 14. A certificação ocorrerá por meio da entrega de um certificado impresso contendo o selo referente ao ano de análise, bem como publicação em aba específica do site da Prefeitura Municipal de Ibitirama e em mídias oficiais do Poder Público Municipal.
- § 1°. O Poder Público Municipal poderá também elaborar logo ou imagem representativa da certificação, especialmente para fins de divulgação e publicidade.
- § 2º. A empresa certificada terá direito de utilizar o certificado em seus produtos, embalagens, bem como peças de comunicação, publicidade e propaganda, com o objeto de informar seus clientes ou colaboradores.
- **Art. 15.** O Poder Público Municipal promoverá ampla divulgação da Certificação Ambiental Municipal, a fim de promover maior adesão às empresas, aos comércios e às indústrias instaladas no Município de Ibitirama.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- **Art. 16.** Caberá, ao Poder Executivo Municipal, a proposição de projetos que visam a execução desta Política Municipal de Fomento a Práticas Sustentáveis para o setor produtivo, bem como fornecer subsídios para a execução desta.
- Art. 17. É facultada, ao Poder Executivo Municipal, a concessão de incentivos fiscais aos empreendedores que obtiverem o certificado "Selo Verde Empresa Sustentável".

Endereço: Avenida Anízio Ferreira da Silva 54, Centro, Ibitirama-ES CEP: 29.540-000 E-mail: gabinete@ibitirama.es.gov.br Fixo (s): 3569-1157/1160/1161 Ramal: 207/209





Art. 18. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ibitirama/Espírito Santo, 09 de outubro de 2023.

AILTON DA COSTA SILVA Prefeito Municipal





JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, e

Senhores Vereadores,

Cumprimentando-os cordialmente, encaminho a essa egrégia câmara de vereadores o "Projeto de Lei Dispõe sobre a Política Municipal de Fomento a Práticas Sustentáveis para o setor produtivo instalado no Município de Ibitirama/ES; a Certificação Ambiental Municipal, e dá outras providências".

Como a própria ementa sugere, a presente proposta objetiva a implantação de Política Pública Municipal no sentido de preservar o meio ambiente de um modo geral, com o implemento de medidas a serem adotadas pelas empresas sediadas no território municipal, que de contra partida serão premiadas com incentivos fiscais, conforme previsto art. 6°.

A proposta objetiva também alcançar empreendedores urbanos e rurais, estabelecendo no art. 4° e § único, que ficará a cargo do Poder Executivo a elaboração de projetos e/ou expedição de atos, com ênfase a promoção de incentivos às pessoas físicas residentes no Município de Ibitirama.

Nesse diapasão, vale registrar que a Mensagem de Encaminhamento nº 024/2023, que Dispõe sobre a Política Municipal de Práticas Sustentáveis para os cidadãos aplicarem em suas residências, e dá outras providências, em tramitação nesta Casa de Leis, já cuida dos incentivos de que trata o parágrafo anterior.

Na mesma toada, a proposta prevê a criação do Certificação Ambiental Municipal "Selo Verde - Empresa Sustentável", com a finalidade de identificar, reconhecer e certificar empresas que adotem práticas sustentáveis no Município de Ibitirama/ES (art. 8°, incisos de I a IV).

A urgência solicitada se revela necessária em razão do relevante interesse público, pois trata-se de matéria já disciplinada nas esferas federal e estadual, sendo mais que necessária e urgente a adoção de medidas no âmbito municipal.





Assim sendo, rogando pela apreciação e a aprovação do Projeto de Lei em tela, EM REGIME DE URGÊNCIA ESPECIAL, na forma como redigido, reiteramos a V. Exa. e nobres Edis, protestos de elevada estima e consideração.

Ibitirama/Espirito Santo, 09 de outubro de 2023.

AILTON DA COSTA SILVA
Prefeito Municipal